



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO IV — N.º 147 — S. PAULO, JANEIRO-FEVEREIRO DE 1970 — REDAÇÃO: RUA LÍBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — C. POSTAL, 6248

## Amnistia: Exigência do Povo Português

A conjuntura política portuguesa caracterizava-se no início de 1970 por uma certa ambivalência provocando entre as forças democráticas sentimentos contraditórios de pessimismo e optimismo. De um lado, notava-se uma diminuição aparente da combatividade das massas em relação ao período "eleitoral" e ao mês de Novembro, quando a greve dos operários da Lisnave logo após a dos ferroviários, ficou a assinalar o momento mais alto do desafio das forças populares ao regime. De outro lado, todos os esforços, manobras e ameaças do governo, visando a reduzir ao silêncio e à inação o Movimento Democrático estruturado durante a campanha "eleitoral", esbarbaram com a firme determinação deste de prosseguir no combate. O VII Encontro Nacional, cujo relato publicamos noutra página desta edição, veio confirmar que os partidos, organizações e personalidades da oposição anti-fascista estão dispostos a organizar-se para a difícil luta contra o salazarismo sem Salazar, adoptando as soluções mais adequadas para o desmascaramento das tácticas mistificadoras do adversário e a mobilização do povo com vista ao confronto final.

Na realidade, não há motivos para pessimismo. Embora a diminuição das lutas populares seja um facto, era previsível. Ela reflecte um processo que denunciámos nestas colunas com a maior firmeza: a tendência de importantes setores da Oposição para encararem as "eleições" como um fim e não apenas como uma etapa, ou mais exactamente um instrumento. Assim, embora tenham sido alcançadas significativas vitórias, e muitas dezenas de milhares de trabalhadores tenham conseguido impor as suas reivindicações, não foi possível dotar o movimento operário, no seu conjunto, das estruturas orgânicas e unitárias que lhe permitissem continuar a luta, globalmente, para além do dia 26 de Outubro, ligando-a de modo permanente a objectivos políticos concretos, em muitos casos estranhos aos interesses imediatos de numerosas categorias profissionais. O próprio malogro parcial da greve da Lisnave demonstrou a falta de organização e de unidade a que aludimos, na medida em que os grevistas não conseguiram conquistar a adesão activa do pessoal dos demais estaleiros da Margem Sul.

Feito o balanço e apontados os erros, trata-se agora de corrigi-los. O Governo reagiu a seu modo, decretando um aumento de vencimentos do funcionalismo destinado a desempenhar o papel de anestésico das energias de amplos sectores da pequena burguesia, isolando a classe operária. Estamos certos de que malogrará na sua tentativa, da mesma forma como malogrará na manobra mistificadora de mudar o nome da PIDE. Não é apenas a vitalidade do Movimento Democrático, vale dizer o fortalecimento das forças agrupadas em torno das antigas Co-

missões Democráticas Eleitorais, que constitui um estímulo poderoso para as lutas operárias. A extraordinária repercussão e a amplitude crescente da campanha em prol de uma amnistia geral estão levando o alarme ao arraial fascista. O governo teme sobretudo o impacto desse clamor nacional nas zonas fabris. A amnistia transformou-se numa exigência nacional carregada de potencialidades explosivas. Marcelo Caetano, habitualmente sinuoso, respondeu com uma negativa formal aos pedidos de liberdade para presos e exilados políticos, temeroso de que qualquer recuo nesse campo tivesse o poder de desencadear novas reivindicações, iniciando um processo de desmantelamento das estruturas do regime. Mas a sua atitude não teve o poder de conter o desafio. A tal ponto a Nação se identificou com a ideia de arrancar das prisões os patriotas que nelas permanecem encarcerados que na própria Assembléa Nacional houve vozes que se fizeram eco do sentimento popular. Seria um erro grave alimentar ilusões quanto à "indisciplina" dos deputados que se atreveram a abordar esse tema proibido. O deputado Correia das Neves está longe de ser um liberal e muito menos um rebelde. Mas tanto ele como os srs. Barreto Lara e Sá Carneiro, ao pronunciarem-se por aquilo que designam como o "apaziguamento da farsa portuguesa" exteriorizaram uma convicção que vai sendo muito comum até entre os partidários do regime: a certeza de que a repressão é odiosa ao povo e que ganha simpatia e popularidade todo aquele que a denuncia, mesmo timidamente.

Mas a exigência premente da Amnistia não é um fim: é também um meio, um instrumento de luta. Como tal deve ser encarada a campanha em curso. O combate é um só. O clamor pela amnistia é inseparável da luta nas fábricas e nos campos, da resistência à guerra colonial, da batalha pela legalização do Movimento Democrático. Talvez nunca como agora as tarefas a realizar tenham exigido tanta imaginação, tanta iniciativa. Como bem acentua em editorial o jornal "Liberdade", órgão da F.P.L.N., é preciso criar novas estruturas, novos organismos, recrutar novos militantes, descobrir novas formas de enlace e de coordenação. Não basta enviar um documento a Caetano, com 20.000 assinaturas exigindo a Amnistia. Foi sem dúvida uma grande vitória. Mas é necessário saber explorá-la, sustentar o desafio ao fascismo nela implícito.

A remodelação ministerial do dia 14 de Janeiro é uma nova manobra de Caetano, uma tentativa de retomar a política da "demagogia liberalizante", desmoralizada pela farsa eleitoral. Cabe às forças democráticas responder à altura a esse gesto mistificador, e à mudança de nome da União Nacional.

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

NESTA EDIÇÃO

- \* Caetano muda ministério — pág. .... 8
- \* VII Encontro da Oposição — pág. .... 8
- \* A ambiguidade de Senhor — pág. .... 3
- \* Libertemos Veiga de Oliveira — pág. .... 2

### A ONU E O COLONIALISMO DE MARCELO CAETANO

O documento remetido pelas organizações democráticas portuguesas da América (Canadá, EUA, Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina) à Assembléa Geral das Nações Unidas sobre a questão colonial obteve boa divulgação na imprensa internacional. Por outro lado, o Gabinete do Secretário Geral da ONU, em ofício assinado pelo sr. Jean Gazarian, datado de 19 de Novembro p.p., informa-nos que o referido Memorial foi levado ao conhecimento das delegações presentes à Assembléa.



## 43 Anos de Fascismo

A Revista "Paz e Terra", uma das publicações brasileiras de maior prestígio e de mais alto nível cultural, acaba de lançar um número, inteiramente consagrado ao nosso país, intitulado "43 Anos de fascismo em Portugal".

Pela importância de que se reveste a iniciativa, transcrevemos abaixo algumas passagens do artigo de apresentação: "A mais longa ditadura do Século XX".

"Quando o século XIV findava, Portugal realizou a primeira revolução burguesa. Com a ascensão de uma nova classe e o desenvolvimento do capitalismo comercial foi ela que permitiu a aventura pensada dos grandes Descobrimentos marítimos.

No século XVI Portugal achava-se na vanguarda da revolução científica e cultural da Renascença. Os matemáticos, os cartógrafos, os historiadores, os humanistas portugueses figuravam entre os maiores da Europa. As esquadras portuguesas sulcavam todos os mares do globo. Fernão de Magalhães efetuava a primeira viagem de circunnavegação da Terra; Luis de Camões escrevia "Os Lusíadas".

Depois veio uma decadência rápida, mas esmaltada de momentos brilhantes. Portugal era ainda uma presença na Europa. A Lisboa que os exércitos napoleónicos ocuparam era ainda uma cidade maior do que Moscou, duas vezes mais populosa do que Madrid. E, no declinar do século das luzes, Portugal produzia a extraordinária geração de Eça de Queirós, Oliveira Martins e Antero de Quental; a intelligentsia portuguesa, aberta ao mundo, fervilhava de ideias novas e revolucionárias.

Em 1926, quando o general Gomes da Costa saiu de Braga para apunhalar a república liberal e laica, Portugal era um país dependente, de capitalismo atrasado, mas ocupava ainda na Europa um lugar não desonroso, muito à frente das nações balcánicas, no tocante à renda "per capita" e ao ensino.

Hoje, 43 anos decorridos desde o golpe de Estado do 28 de maio, Portugal é, no Velho Continente, o país que apresenta a mais baixa renda "per capita" — excetuada a Albânia — e a mais elevada taxa de analfabetismo, a menor percentagem de população universitária e a mais alta de mortalidade infantil e de condenados políticos. Entre cada cinco portugueses, um vive expatriado; nenhum povo na Europa consome menos carne, menos leite, menos electricidade.

Portugal possui o último dos grandes impérios coloniais. Mas, para o manter, acha-se envolvido em três guerras coloniais, a milhares de quilómetros de distância. Um exército de 150.000 homens constitui a ossatura do gigantesco aparelho militar que tenta impedir, à custa de muito sangue, a independência das "provincias ultramarinas" de Angola, Mo-

(Cont. na pág. 2)

# É PRECISO LIBERTAR VEIGA DE OLIVEIRA

ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA deveria ter sido libertado no dia 20 de Dezembro, data em que terminou de cumprir a pena em que foi condenado. Mas continua preso em Caxias. O governo "liberalizante" de Marcelo Caetano não o libertou. Na própria hora em que procura mascarar as actividades criminosas da PIDE mudando-lhe o nome, o governo fascista recorre novamente às medidas de segurança — condenadas como monstruosidade jurídica pelos mais eminentes juristas internacionais — para conservar preso aquele patriota.

Democratas portugueses e brasileiros fizeram o que estava a seu alcance para arrancar das masmorras de Caetano ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA. A campanha pela sua libertação atingiu grande expressão. Centenas de cartas, abaixo-assinadas e telegramas foram enviados às autoridades fascistas e a entidades de classe, como a Ordem dos Engenheiros. Publicamos abaixo alguns desses documentos. Eles não tiveram força bastante para conquistar a liberdade para VEIGA DE OLIVEIRA. Mas, de algum modo, ficam a assinalar uma vitória. A solidariedade magnífica que transparece da campanha realizada vale por uma certeza de que homens como VEIGA DE OLIVEIRA não estão esquecidos. Denunciando internacionalmente as prepotências de Caetano, prestamos ajuda fraternal a todas as vítimas da repressão. É preciso prosseguir. Arranquemos ALVARO VEIGA DE OLIVEIRA da prisão!

## A UDP Dirige-se

### A Caetano

Pela Unidade Democrática Portuguesa foi enviada a Marcelo Caetano a seguinte carta:

"No dia 20 do próximo mês de Dezembro, mais um preso político cumpre a pena — 4 anos — em que foi condenado pelo Tribunal Plenário de Lisboa: o eng.º Alvaro Veiga de Oliveira, democrata que viveu neste país, onde, pelas suas qualidades pessoais e profissionais, deixou inúmeros amigos.

O facto de em Portugal ser comum o desrespeito pelas normas mais elementares do Direito — desrespeito expresso na aplicação de "medidas de segurança" a muitos democratas, depois de esgotadas as penas de prisão impostas pelos tribunais especiais do regime — leva-nos a solicitar de V. Exa. se digne tomar as providências cabíveis para que o eng.º Veiga de Oliveira seja posto em liberdade no dia 20 de Dezembro, de modo a poder passar as festas do fim do ano com os seus familiares e amigos.

No momento em que o Conselho de Ministros a que V. Exa. preside acaba de assinar um decreto que extingue a PIDE como corporação autónoma, a eventual aplicação ao eng.º Veiga de Oliveira de "medidas de segurança" — qualificadas de "monstruosidade

jurídica" pela Associação Internacional de Juristas Democratas e de "sobrevivência do espírito de barbárie medieval" pelos eminentes juristas Roland Weyl e Robert Kenny — viria confirmar o nosso receio de que a polícia política portuguesa, embora sob outra sigla, continue exercendo na vida portuguesa as suas actividades criminosas".

São Paulo, 28 de novembro de 1969.

### Unidade Democrática Portuguesa

Assinaram o documento 36 democratas, entre os quais os profs. Ruy Luís Gomes, José Morgado e Joaquim Barradas de Carvalho; jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e A. Telles; eng.º Manuel Myre Soares; coronel Francisco de Oliveira Pio, capitão Manuel Pedroso Marques, etc.

## Carta à Ordem dos Engenheiros

A Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa dirigiu ao Bastonário da Ordem dos Engenheiros a carta que abaixo publicamos:

"No dia 20 de Dezembro próximo termina a pena de 4 anos de prisão a que foi condenado pelo Tribunal Plenário de Lisboa um membro dessa Ordem: o eng.º Alvaro Veiga de Oliveira.

No Brasil, onde viveu vários anos e deixou um grande número de amigos, existe o compreensível receio — em vista da sobrevivência das chamadas "medidas de segurança" — de que o eng.º Veiga de Oliveira não seja posto em liberdade naquela data. Para que V. Exa. possa avaliar o prestígio de que o eng.º Veiga de Oliveira goza neste país, junto enviamos um recorte da imprensa que reproduz uma carta endereçada em Junho de 1966, por estudantes de engenharia de S. Paulo, ao chefe do Estado Português, pedindo a libertação daquele democrata. Não é de estranhar assim que, aproximando-se o fim da pena, cheguem até nós constantes apêlos de profissionais brasileiros de engenharia, manifestando a sua preocupação pela sorte do eng.º Veiga de Oliveira. É em nome de todos eles, e interpretando igualmente o sentimento dos incontáveis amigos que Veiga de Oliveira conta entre os democratas portugueses do Brasil, que vimos solicitar de V. Exa. se digne acompanhar com a maior atenção o caso desse ilustre profissional de engenharia, empenhando o alto prestígio da Ordem para que seja restituído à liberdade no dia 20 de Dezembro.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa., com os protestos da nossa elevada consideração, os nossos cumprimentos".

Com data de 13 de Dezembro, a UDP recebeu da Ordem dos Engenheiros a seguinte resposta:

"Em referência à carta acima citada, vimos informar

que, sobre o assunto posto, foi por esta Ordem, efectuada uma diligência junto do Ministério da Justiça.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V. Exas. os nossos melhores cumprimentos".

A bem da Nação, o secretário geral, eng.º Fernando Pessoa.

## Apelo de Catedráticos Brasileiros

Publicamos abaixo a íntegra de um apelo dirigido ao "presidente" Américo Tomás por vários professores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo, entre os quais os profs. Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade e Sérgio Buarque de Holanda, diretor do Departamento de História; Ruy Coelho, catedrático de Sociologia e Antônio Cândido de Mello e Sousa, titular da cadeira de Teoria da Literatura.

"Os abaixo assinados, professores da Universidade de S. Paulo (estudantes brasileiros), tomaram conhecimento, através da imprensa, de que o eng.º Alvaro Veiga de Oliveira termina a pena de 4 anos a que foi condenado pelo Tribunal Plenário de Lisboa, em 20 de dezembro próximo.

As notícias vindas a público em nosso país informam-nos ainda que apesar de cumprida a pena, o engenheiro Veiga de Oliveira corre o risco de continuar preso mediante a aplicação das chamadas "medidas de segurança", estatuto jurídico adotado pelo Governo português contra os seus adversários e que fere os princípios do Direito Internacional.

Alvaro Veiga de Oliveira foi um prestigioso dirigente estudantil e após ter concluído brilhantemente o curso de engenharia, residiu durante alguns anos no Brasil, onde participou de estudos e projetos de alto valor técnico, como o da Central Elétrica de Furnas. Contribuiu assim para o desenvolvimento tecnológico de nosso país.

Estas circunstâncias e o facto de sua condenação ter como origem o combate pela democracia em Portugal — povo que por razões históricas merece o nosso maior carinho — levam-nos a solicitar de Vossa Excelência se digne tomar as providências cabíveis para que o engenheiro Veiga de Oliveira seja restituído à liberdade no dia 20 de dezembro, de modo a poder passar o Natal com os seus familiares e amigos.

Esperando que este apelo seja escutado por Vossa Excelência, aproveitamos ainda o ensejo para manifestar a amizade, admiração e solidariedade que nos merece (m) o povo (e os estudantes) de Portugal".

Atenciosamente.

São Paulo, 28 de novembro de 1969".

Documento semelhante, para estudantes, foi subscrito por mais de duas dezenas de alunos da USP e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

# 43 Anos de Fascismo

çambique e Guiné. Nenhum outro país foi tantas vezes condenado por Resoluções aprovadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Oposição recorreu já à palavra tragédia para exprimir a ruína coletiva da nação na era de Salazar.

A história dessas quatro décadas da mais longa ditadura do século XX está por se escrever. Não pretendemos realizar aquilo que os historiadores portugueses não tiveram ainda condições para fazer. Mas, no momento em que, por força do afastamento de Salazar da cena política, e também pela reafirmação oficial dos princípios que se traduzem pela escalada bélica em África, o problema português, com as suas implicações coloniais, tende a converter-se cada vez mais num grave problema mundial, afigura-se-nos importante proceder a um levantamento amplo que permita ao leitor brasileiro formar uma ideia mais aprofundada e exata da época de Salazar, das transformações estruturais operadas na sociedade portuguesa durante esse período e da sua significação histórica. Não é outro o objetivo deste caderno especial da Revista PAZ E TERRA.

A primeira parte reúne seis trabalhos que constituem a síntese das conferências e debates realizados no âmbito do Curso de Introdução à Ciência Política promovido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em setembro de 1968, após a morte política de Salazar. Os autores são todos elementos anti-fascistas, porque as autoridades diplomáticas portuguesas, convidadas por aquele Instituto Universitário a participarem da iniciativa, negaram-lhe a sua colaboração, conforme noticiou oportunamente a imprensa de São Paulo. A segunda parte, documental, é o complemento natural e necessário da primeira. Ela confirma aliás, o que se depreende das análises dos aspectos fundamentais da conjuntura portuguesa, tal como ela evoluiu há nove meses. Os últimos documentos que inserimos, denunciando a tentativa de implantação do salazarismo sem Salazar, não apresentam apenas um valor profético: têm o mérito de chamar a atenção para uma verdade bastante esquecida: um sistema político não pode ser confundido com um homem. Em Portugal, o fascismo sobreviveu ao seu criador.

A sucessão de Salazar teria por força de gerar em Portugal perplexidades e ilusões. No seio das forças que o combatiam não eram pouco numerosos os elementos dispostos a confiar no cumprimento das promessas de liberalização feitas pelo sr. Marcelo Caetano no seu discurso de posse. Porém, a desejada amnistia não foi concedida; a censura à imprensa mantém-se; a política colonialista foi reafirmada em desafio frontal às Nações Unidas e à consciência universal; o Ministério da Educação e o Ministério do Interior colaboram numa política de obscurantismo e violência contra a juventude; a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foram fechadas; o ministro do Interior e a polícia política ditam as regras do "jogo eleitoral"; o Governo adverte as classes trabalhadoras de que as suas reivindicações não serão atendidas. O desmascaramento do neo-salazarismo é tão patente que até jornais habitualmente tão cautelosos como o "Guardian", de Manchester, e "Le Monde", de Paris, reconhecem que as estruturas do regime continuam intactas. Para o "New York Times", a curta "primavera política" chegou ao fim. Mas a verdade é outra: ela nunca começou!

Um fato é inegável: hoje como ontem toda a política portuguesa é condicionada pela marcha da guerra colonial, que absorve mais de metade do orçamento português.

(...) Exista ou não uma tragédia portuguesa, nós brasileiros, não podemos ser indiferentes aos terríveis sofrimentos daqueles que do outro lado do Atlântico e no Índico falam a nossa língua. Cultural e etnicamente, Portugal, a Guiné, Angola e Moçambique deram-nos muita coisa em três séculos de vida comum. Oito anos de guerra deixaram marcas indelévels no povo português e nos povos das suas três principais colónias. Mas não destruíram as raízes de uma fraternidade que sobreviverá a Salazar e ao genocídio cientificamente preparado pelos estados-maiores. A inteligência portuguesa mostra-se dia a dia mais solidária com as reivindicações de Angola, de Moçambique e da Guiné. Foi ela a primeira a condenar o assassinio monstruoso de Eduardo Mondlane, quando os estudantes de Lisboa inauguraram o retrato do líder moçambicano nos pátios da Faculdade de Direito. Há uma tessitura complexa no entrelaçamento cultural profundo que liga Portugal à África e que nos prende a ambos. Na África de hoje, onde chegam os livros brasileiros, consola-nos a certeza, como intelectuais que somos, de que milhares de crianças e jovens da Guiné ou de Angola nêles estarão aprendendo a escrever e pensar na língua em que, em quinhentos anos, o colonialismo português não soube e não quis ensinar-lhes a possibilidade e o conhecimento e o exercício das exigências éticas que dignificam a vida.

Assim dizendo e fazendo, esta REVISTA PAZ E TERRA procura, mais uma vez, dar o seu devido testemunho a favor de todos os povos que lutam por sua independência e, portanto, contra quaisquer formas de colonialismo ou de opressão política e econômica com que alguns Estados mantêm, ou tentam manter, ainda hoje, nações a eles subjugadas".

N. da R. — Esta edição da Revista "Paz e Terra" tem 280 páginas e publica trabalhos dos nossos companheiros Augusto Aragão, Joaquim Barradas de Carvalho, Maria Antonia Fiadheiro, Miguel Urbano Rodrigues e Vitor Ramos.

Informamos os nossos leitores que estiverem interessados na obra, de que devem dirigir seus pedidos à nossa Redação (R. Líbero Badaró, 488, sala 50). O preço é de NCr\$ 6,00 para o Brasil e US\$ 2,00 para o Exterior, incluindo o porte do correio.

## Notas e comentários

### A ambiguidade de Senghor

A política do Senegal em relação ao colonialismo português sempre se caracterizou por uma certa ambiguidade. O presidente Senghor, oficialmente, proclama a sua solidariedade aos que se batem pela independência na Guiné, em Moçambique e em Angola. Na prática, porém, a sua política está longe de traduzir de uma forma concreta essa solidariedade. Foram necessários alguns anos para que o governo de Dakar concedesse aos patriotas do P.A.I.G.C. as facilidades mínimas indispensáveis ao desenvolvimento da luta na fronteira norte da Guiné-Bissau. Certas restrições nunca foram levantadas. A razão desse comportamento é conhecida. Senghor não vê aproximar-se sem receio o dia em que terá como vizinha uma Guiné independente, governada pelo partido revolucionário que se forja na luta de muitos anos contra o colonialismo fascista de Salazar e Caetano. Para um político conservador como ele, permeável às soluções neo-colonialistas, essa perspectiva é realmente inquietante. De certo modo, a vizinhança de uma Guiné submetida à "ordem" portuguesa e de um Cabo Verde que se apresenta como fonte inesgotável de excelentes quadros e de uma mão de obra qualificada é muito menos incomoda.

É em função dessas realidades que deve ser interpretada a atitude assumida pelo governo de Dakar em Dezembro, diante de novos ataques das tropas colonialistas portuguesas a aldeias senegalesas fronteiriças. O Senegal, como era de esperar, levou o caso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e na sua queixa expôs minuciosamente os fatos ocorridos. O assunto foi debatido e na Resolução mais tarde aprovada pela Assembleia Geral, a violação da fronteira e os atos de agressão praticados mereceram severa condenação.

O presidente Senghor tomou entretanto outra iniciativa que vem sendo muito criticada tanto pelos patriotas africanos como pelos democratas portugueses. Com o argumento de que não dispunha de forças suficientes e adequadas para vigiar a fronteira — o que é inexacto — apelou para a França e unidades especiais daquele país foram incumbidas de guardar a linha demarcatória entre os dois países, com o objetivo declarado de impedir novos ataques a povoações senegalesas. A propaganda feita em torno da iniciativa é de todo em todo inconvincente. A prova temo-la no jubilo com que a presença dos militares franceses foi recebida em Lisboa e Bissau. A imprensa não deixou de salientar que as tropas francesas não constituem na realidade uma preocupação para o estado-maior de Bissau, mas sim para os guerrilheiros do PAIGC,

cujas liberdades de movimentos na faixa fronteiriça esbarraará doravante com um grande obstáculo. Como dizia Ben Barka há uma solidariedade fundamental entre todos os colonialistas. Não tenhamos ilusões: a ocupação da fronteira norte da Guiné pelo exército francês representa uma ajuda ao colonialismo português e um ato nada amistoso para com os patriotas de Amílcar Cabral. Por isso mesmo, "Portugal Democrático", interpretando os sentimentos das forças democráticas portuguesas, aliadas naturais de todos quantos combatem o colonialismo português, denuncia o gesto do presidente Leopold Senghor como contrário ao espírito das Resoluções da ONU, aos interesses do povo português e à causa do anti-colonialismo.

### A hipocrisia de Caetano

Marcelo Caetano sabe que não pode vencer militarmente os movimentos nacionalistas que desafiam o colonialismo português de armas na mão. Em Angola, a situação na frente leste é considerada muito grave pelo alto comando, que já perdeu as esperanças de reconquistar os territórios do Moxico e do sudeste onde o MPLA se acha sólidamente implantado. Em Moçambique, apesar das especulações feitas em torno dos problemas internos da FRELIMO acentuados pelo assassinio de Eduardo Mondlane, a liderança do comandante Samora Machel é uma realidade, traduzindo-se num incremento de atividade militar que se reflete nos próprios comunicados portugueses; e na Guiné as tropas portuguesas continuam acumulando derrotas.

Era preciso, portanto, ao Governo de Caetano encontrar alguma coisa nova que desviasse a atenção do terreno propriamente militar, criando ilusões dos espíritos. A saída foi a campanha em prol da "autonomia" interna cujo objectivo é dar a impressão de que com o tempo se chegará a uma espécie de self-government que reduzirá ao mínimo as tensões existentes, retirando à rebelião as suas motivações principais. Trata-se, evidentemente, de mais uma mistificação integrada na política de demagogia "liberalizante" de Caetano. A chamada "autonomia das Províncias do Ultramar" não seria mais do que uma simples e tímida descentralização administrativa, destinada não a confiar as responsabilidades do poder à maioria africana, mas apenas em fazer participar mais os minorias brancas dos governos coloniais, uma espécie de lenta preparação para uma futura e muito remota solução rodesiana. Caetano não parece aliás convicto de que uma declaração unilateral de independência em

Moçambique ou Angola viria a corresponder aos interesses do fascismo português. Segundo informações que nos chegam de Lisboa e Lourenço Marques estão mesmo disposto a liquidar a primeira oportunidade de eng. Jorge Jardim e o milionário Champallimaud, apontados como articuladores da conspiração que visaria a dar aos colonos moçambicanos uma independência de tipo rodesiano.

De qualquer modo, Caetano faz o seu jogo tortuoso, gerando esperanças, sem fechar portas. É sintomático que Antonio Spínola, governador da Guiné — e conhecido como o general que mais derrotas tem acumulado — tenha, durante breve visita a Lisboa feito declarações que surpreenderam muita gente pelo seu tom aparentemente conciliatório. Comentando a tese da "autonomia progressiva", disse: "Temos de agir com rapidez e eficiência. Por isso é que a descentralização administrativa, ou se quiserem, a autonomia progressiva é mais do que uma fórmula: é uma necessidade urgente para as províncias portuguesas do Ultramar". E, concluindo, pôs o dedo na ferida: "É na esfera política e social que se decidirá a guerra".

Estamos, assim, perante uma mudança de linguagem. Mas marcada por uma grande duplicidade. O general Spínola sabe perfeitamente que a guerra, na colónia que governa está militarmente perdida. Nada menos de 17 campos entrancheirados portugueses foram atacados no dia do aniversário do massacre de Pijiguiti — dia nacional guineense — e cidades como Bolama (antiga capital), e vilas como Catié e Cacine são agora bombardeadas pela artilharia do PAIG em pleno dia.

Essa nova obsessão colonialista de vencer a guerra na "esfera política e social" não obsta, porém, a que os atos de obediência continuem sendo prática corrente. É sintomático que no debate travado na Assembleia Geral das Nações Unidas relativamente à proibição do recurso a produtos tóxicos, Portugal tenha sido o único país a opor-se, ao lado dos Estados Unidos, à resolução que condenava o uso de herbicidas que destroem a vida vegetal e animal, envenenando os alimentos de populações inteiras e provocando nelas doenças incuráveis. A contradição dá-nos a medida da hipocrisia da política colonial de Caetano.

## PEQUENAS NOTÍCIAS

\* O cardeal Cerejeira, tem multiplicado as iniciativas hostis contra o clero progressista. Numa carta-circular, de sabor medieval dirigida a todos os sacerdotes do Patriarcado — e largamente divulgada pela imprensa — confessa que sua "alma chora perante o escândalo" que a seus olhos representou o comportamento dos padres contestatários durante o Sinodo Episcopal de Roma.

\* Três estudantes brasileiros foram presos e maltratados em Coimbra após um conflito com a Polícia.

\* O ministro fascista Silva Cunha visitou Paris no âmbito de uma campanha destinada a persuadir milhares de trabalhadores portugueses emigrados a transferir-se com suas famílias para a região de Cabora-Bassa. Embora as promessas feitas sejam sedutoras, o êxito da iniciativa, até agora, é escasso. A ideia da transferência de um milhão de portugueses para o vale do Zambeze é um sonho utópico ligado a um plano criminoso.

\* Jornalistas portugueses corruptos continuam a defender, em Portugal e no Brasil, a ideia do chamado Pacto do Atlântico Sul. Um desses plumitivos — um traidor que em tempos se dizia antifascista — leva a sua baixa ao ponto de fazer a apologia do apartheid, exaltando (por que preço?) o tipo de "civilização" criado pela República escravocrata da África do Sul.

\* Jornais ingleses aludiram à eventualidade de um golpe de Estado em Moçambique com o objetivo de uma Declaração unilateral de independência. Essa "solução" rodesiana teria como principais articuladores o ex-ministro Jorge Jardim e Antonio Champallimaud.

\* O governador geral de Moçambique, o ex-comissário da MP Baltazar Rebelo de Sousa, visitou o Malawi onde foi entusiasticamente recebido pelo presidente Kamuzu Banda, considerado pela África inteira um lacaio da África do Sul e da Rodésia.

\* Na Conferência Internacional de Jornalistas realizada em Pyongyang, na Coreia do Norte, participou uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional, composta de Manuel Alegre e A. Lopes. A Declaração final condenou o colonialismo português e hipotecou solidariedade à luta do povo português contra o fascismo.

\* Durante uma reunião da EFTA efetuada em Genebra, o secretário de Estado da Indústria, Rogério Martins, declarou que o governo português está disposto a

favorecer cada vez mais as grandes empresas internacionais que se instalem no país. Comentando o facto, a imprensa suíça salientou que Portugal é hoje, realmente o país ideal para os investimentos estrangeiros.

\* De acordo com proposta já enviada para estudo à Câmara Corporativa, o governo de Marcelo Caetano projeta alterar a Lei Militar para poder incorporar nas Forças Armadas oficiais milicianos com mais de 40 anos. E enviá-los para as Colónias, bem entendido...

\* A Portuguese Canadian Democratic Association, de Toronto, escreveu ao primeiro ministro sueco, Olaf Palmer, apoiando a política do governo de Estocolmo de solidariedade aos movimentos nacionais que lutam contra o colonialismo português.

\* Em Paris, o Movimento das Mulheres Portuguesas realizou, no dia 16 de Novembro, uma festa comemorativa do 10.º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança.

\* Foi publicado mais um número, 5.º, do excelente mensário "O Imigrado Português", editado em França.

\* Correm em Lisboa rumores insistentes de que estaria iminente uma remodelação ministerial com a saída dos ministros do Interior e da Educação. A notícia deve ser acolhida com reservas, pois não é impossível que se insira na campanha que visa persuadir o povo de que Marcelo não se entende com os ultras.

### José Régio e Alves Redol

Por absoluta falta de espaço, só na próxima edição poderemos publicar os comentários consagrados ao desaparecimento dos dois grandes escritores e democratas José Régio e Alves Redol.

"Portugal Democrático" associa-se ao pesar da inteligência portuguesa ante a perda de duas das suas figuras mais significativas — dois escritores que apesar de diferenças muito acentuadas na visão que tinham da problemática do homem e do sentido da existência e, portanto, do conceito da arte e do papel do artista, possuíam em comum o mesmo entranhado amor da liberdade, a mesma repulsa pelo fascismo.



agência TRIÂNGULO de seguros s.a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

# COLONIALISMO E ANTI-COLONIALISMO

## ANGOLA

Tem aumentado ultimamente muito a intensidade da luta armada em Angola.

O sistema colonial mantido pelos portugueses está realmente desmantelando-se; além dos ... 70.000 soldados regulares de que dispõe a ditadura naquele país, foram reorganizadas as forças de polícia, armados os colonos e contratados mercenários estrangeiros, recrutados evidentemente entre o o rebotalho internacional.

Não obstante tôdas as medidas tomadas a situação apresenta-se cada vez mais crítica para os colonialistas portugueses não apenas do ponto de vista das derrotas puramente militares que sofrem diariamente como pelas deserções que se verificam, além do crescente descontentamento em Portugal pelo constante envio de tropas e consequente sacrifício da juventude.

Nos últimos meses a atividade dos angolanos foi realmente considerável. Dentre as ações levadas a cabo destacamos as seguintes:

No dia 9 de JULHO um grupo de colonialistas que pretendia atacar uma base na área de Jimbi, foi detectado por um unico guerrilheiro do M.P.L.A. em serviço de guarda, que imediatamente abriu fogo, tendo abatido um capitão e dois soldados. O resto do grupo quando retirava em debandada, caiu num campo minado, tendo sofrido baixas não controladas.

No dia 12 de JULHO os guerrilheiros do M.P.L.A., quando patrulhavam uma zona sob controle, encontraram um grupo de angolanos que colaborava com o exército português, nas proximidades do posto de Kasamba, Da pronta acção resultaram 9 mortos e 4 feridos.

No dia 20 de JULHO um bando de milícias a serviço dos portugueses foi flagelado pelo fogo de automáticas, tendo deixado no terreno 4 mortos e 2 feridos. Ainda no MESMO DIA, outro bando também de mercenários que se preparava para transportar uma peça de caça foi surpreendido pelo fogo de granadas, que pôs fora de combate 5 colaboracionistas entre os quais ficaram 2 mortos.

No dia 18 de SETEMBRO num reencontro na área do quartel de Miteta os portugueses tiveram 2 mortos e 3 feridos.

No dia 29 de SETEMBRO na estrada entre Gago Coutinho e Mussuma, uma mina anti-carro montada pelos patriotas angolanos, fez saltar uma viatura Unimog, que ficou completamente destruída e os seus ocupantes carbonizados.

Finalmente a 7 de NOVEMBRO um grupo móvel de artilharia do MPLA flagelou com morteiros o quartel português de Caripande, tendo destruído várias fortificações e danificado diversas outras posições. A potência do fogo e a

surpresa causada foram tais que os soldados portugueses não foram sequer capazes de reagir.

## MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, a FRELIMO continua desenvolvendo uma atividade intensa não somente no que se refere a ações militares, já que controla praticamente todo o norte da colônia, como igualmente no que diz respeito ao aspecto político.

A 25 de Setembro último festejou-se o quinto aniversário do início da rebelião dos moçambicanos contra a colonização lusitana, data que foi marcada por comícios públicos nas áreas já libertadas, com festas e reuniões de crianças das escolas — aquelas escolas que a ditadura portuguesa sempre se recusou a instalar pois acreditava que agindo desta forma e mantendo o povo em ignorância este nunca se revoltaria. O aniversário foi igualmente festejado noutros países por organizações locais e com a presença de representantes da FRELIMO e de outras entidades representantes das forças de libertação de Angola e Guiné-Bissau, nomeadamente em Tanzania, Zambia, na Inglaterra e na Holanda.

O 25 de Setembro foi comemorado na Grã-Bretanha por intermédio do Comité para a Libertação de Moçambique, tendo sido exibido o filme "Venceremos" e recitados poemas da autoria não apenas de moçambicanos como igualmente de guineenses e angolanos. A FRELIMO, por sua vez, recebeu inúmeras mensagens de solidariedade de mais de 25 países.

No que diz respeito às ações militares propriamente ditas assinala-se que nos últimos meses foram levadas a cabo, entre outras, as seguintes: 24 explosões de minas, as quais mataram 107 portugueses, destruindo e danificando 30 veículos;

Foram levadas a cabo diversas ações ofensivas contra a importante base de Sagal, as quais culminaram num ataque direto ao posto a 20 de Outubro, o qual teve como resultado a destruição completa de 20 edifícios, com 20 mortos entre os portugueses;

Outras explosões de minas tiveram lugar em 20 de Agosto, 10 de Setembro, 20, 24 e 25 do mesmo mês, 9, 13 e 21 de Outubro, além de uma emboscada a 9 do mesmo mês na estrada que vai de Mueda a Sagal;

Foram levadas a efeito mais 8 emboscadas, a saber: a 19 de Setembro a um comboio de 6 veículos, na estrada de Candulo a Mecula; a 24 do mesmo morteiros e bazookas, seguidas de infantaria ligeira, emboscaram o inimigo na zona de Nangunde; no dia seguinte um comboio português foi destruído e a 26 um outro de 10 veículos pesados levando 2 companhias foi atacado na rodovia Macomia-Chai; a 1 de Outubro uma patrulha foi emboscada entre Mocimboa da Praia e Nambude; a 9 muitos soldados morreram

na zona de Ngole 4 carretas caíram numa emboscada na estrada de Mueda a Sagal; finalmente a 19 um outro ombolo foi destruído entre Litinda e Ntondo, tendo sido morto 56 militares.

É impossível dar em detalhe as ações levadas a cabo pelas forças da FRELIMO mas são assinaladas entre 19 de Setembro e 21 de Outubro mais de 20, desde o que diz respeito a explosões de minas até emboscadas, sem falar nos ataques diretos a quartéis, postos, etc., tendo a FRELIMO conseguido abater um avião com quatro tripulantes.



Um grupo de estudantes da Universidade de Upsala, na Suécia, uma das mais antigas e prestigiosas instituições culturais de todo o mundo, desfila nas ruas da cidade, em manifestação de solidariedade aos combatentes do PAIGC e de repúdio aos colonialistas portugueses e sul-africanos.

## OS "DONOS DA PIDE"

FRANCISCO VIDAL

*Não sei se também em Portugal — acreditamos que não por razões óbvias relacionadas mais especialmente com a censura que continua imperando apesar das risonhas promessas orais do novo ditador — mas no Brasil, em certas "folhas de couve" para as quais chamam a minha atenção, fala-se hoje muito da famigerada PIDE, assunto que já foi tabu para esses pasquins mas que agora, com a sua mudança de nome, possivelmente constituirá até matéria de publicação obrigatória para justificar os certamente pingues subsídios com que a ditadura lusitana, de resto seguindo a tradicional fórmula de tôdas as outras, e não esqueçamos a extinta nacional-socialista, de negra memória, não deixa de alimentar os escribas que se julgam jornalistas e que a tanto por linha ou até talvez a tanto por adjetivo, não sei bem, se prestam a tudo desde que recebam nos fins dos meses o seu "rico dinheirinho".*

Agora o assunto é a PIDE. Tabu, como escrevi até há certo tempo atrás, quando ainda não tinha mudado de nome, tornou-se de um momento para o outro motivo de editoriais que procuram não somente minimizar as intenções maquiavélicas com que foi criada — e ainda nem PIDE se chamava — e buscando demonstrar que a sua criação se deveu a altos e elevados motivos, neste caso a defesa do regime, vale dizer da ditadura, do "extinto" Salazar, como igualmente utilizando os mais imbecis argumentos para explicar que o autor da obra nada mais foi que uma espécie de "aprendiz de feiticeiro", pobre dele, que acabou sendo devorado pela própria criação, sobre a qual passou a não ter a menor influência, pois outros eram os "donos da PIDE"...

Não estranhemos apesar de tudo as idiotices que se escrevem, levando em linha de conta a classe de leitores a quem a prosa se destina; não estranhemos sequer o despalante, a completa falta de vergonha e a impudícia do ou dos articulistas que, se lidos em Portugal, seriam objeto de sincera ira, pois lá, todo o mundo sabe a verdade de certas coisas, apesar das mordacões com que há muito fecharam a boca de nossos infelizes patricios. Os artigos a que me refiro são insertos em jornalecos que se dizem portugueses, publicados do lado de cá do Atlântico e sendo lidos apenas por algumas dúzias de ilustres comendadores iletrados, os quais, de certeza certa, se deliciam com os obtusos argumentos e conclusões que, a duras penas, são defendidos nos mesmos.

A PIDE nunca teve donos, já que apenas uma negregada figura foi o seu único proprietário desde todo o sempre, aquele que, com a alvar aprovação de umas dezenas de abúlicos, se autoneomeou o "salvador da Pátria" até que uma providencial doença o prostrou — esperemos que para sempre — mergulhando-o nas trevas da indigência mental, a ele que nunca brilhou por demais pela sagacidade. Considerada uma organi-

zação modelar, já que dizem a sua estrutura se deve aos que ao tempo serviam a célebre Gestapo, sempre ela serviu aos designios da impiedosa criatura que por tantos anos foi o "dono de Portugal", implantando na nossa terra a indústria da delação, prendendo, torturando, assassinando, degredando e obrigando a exilarem-se aqueles que nunca estiveram de acôrdo com aquele Hitler de Santa Comba Dão. Nesses tempos nada escreviam sobre a PIDE, denunciada urbi et orbe por todos os democratas, os que agora acham ou são obrigados a assim proceder, afirmando que a odiada polícia secreta nada tinha a ver com o que queria mandar em tudo e que realmente assim o fez durante toda a sua vida "útil", aliás por completo inútil pois com a "inteligência" que diziam ser seu apanágio conseguiu somente — e com que tristeza escrevemos esta palavra — levar o País ao beco sem saída onde ele se encontra neste momento, no fim da fila de toda uma Europa, sob qualquer aspecto com que queiramos apreciar a situação, desde o ponto de vista da saúde até ao do analfabetismo, passando pelo rendimento per capita, número de automóveis, rádios e Tvs, etc., isto evidentemente sem falar na tragédia da guerra colonial.

Todos nós sabemos perfeitamente, alguns até por própria e cruel experiência, que os Lourenços, os Graças, os Silva Pais, foram sempre e apenas meros titeres que o ditador Salazar manejava de acôrdo com a sua vontade de ferro e a falta de escrúpulos que constituía seu apanágio. Embora do ponto de vista da hierarquia subordinada ao Ministério do Interior, onde durante tantos anos pontificou o velhaco do sr. Trigo de Negreiros — muito mais conhecido como o "pão de segunda" — a verdade é que a PIDE dele dependia apenas por do seu Ministério ser uma simples dependência e nada mais.

Os "donos da PIDE"! Que graça! Como se não fosse apenas o cretino do "falecido" ditador quem nela mandasse e desmandasse! Por que querem agora levar a crer os pobres e crédulos leitores de certos jornalecos que o caquético ditador — pois sempre foi caquético mesmo quando jovem, se é que alguma vez foi jovem... — não mandava na polícia secreta que o mantinha no poder, fazendo acreditar que ele, a quem sempre chamaram gênio, era afinal um pateta, ultrapassado pelos acontecimentos que não conseguia controlar? Querem pura e simplesmente desacreditá-lo? Quem eram então os "donos da PIDE"? Por que não dar os "nomes aos bois", expressão que inclusive neste caso pode e deve ser compreendida no seu sentido literal?? E onde estão eles no momento? Venderam seu passe à nova PIDE, da qual passarão também a ser proprietários ou aposentaram-se com vencimentos integrais, recolhendo-se à vida privada? Confessamos a nossa intensa curiosidade sobre a versão que decerto já foi construída a este respeito...

# LUTAS POPULARES

## A GREVE NA LISNAVE

A greve na Lisnave, a mais importante realizada nos últimos meses, foi uma fonte de preciosos ensinamentos. De um lado, ela veio demonstrar que o espírito de luta da classe operária, nos seus setores de vanguarda, é um facto auspicioso e que, nas condições mais difíceis é possível mobilizar os trabalhadores contra o fascismo e contra aqueles que se identificam com o regime. A greve da Lisnave, pelas circunstâncias em que se desenrolou, emocionou amplas camadas da população, conquistando a sua solidariedade e acabando por se constituir em escândalo internacional, merecendo a atenção da imprensa francesa e britânica. O saldo final foi pesado. Cerca de 1.000 operários foram despedidos, aproximadamente 30% do pessoal com menos de 5 anos de casa. Esses homens não estão perdidos para a luta anti-fascista, pois eram os mais combativos e saberão continuar na primeira linha de combate. Mas nem por isso a sua ausência deixa de ser um rude golpe para a luta que deve prosseguir na Lisnave, justamente porque foram eles que desempenharam na greve o papel principal. O facto leva-nos a determo-nos na análise do outro aspecto do movimento, aquele de que menos se tem falado e que envolve uma derrota das forças democráticas. Trabalhou-se pela unidade interna, na empresa, mas descurou-se bastante o trabalho externo, a ser realizado entre os operários da mesma categoria profissional de outras firmas. Resultado: o pessoal da Parry & Son, do Arsenal e da CUF não aderiu à greve. Se o movimento tivesse sido geral, se a paralização fosse total, a greve teria sido vitoriosa em toda a linha e o patronato não poderia ter despedido ninguém. Agora, a luta pela readmissão dos demitidos prossegue, mas com esperanças mínimas de êxito. A grande, a imperdoável debilidade da greve foi a falta de organização, de um planeamento global que orientasse os trabalhadores passo a passo. Toda a Margem Sul poderia ter participado!

Para que os leitores de "Portugal Democrático" possam formar uma ideia mais exacta da atmosfera do movimento, publicamos abaixo, na íntegra, uma carta de um operário da Lisnave:

"A ideia de fazermos uma greve foi provocada pelo calor das eleições e a malta foi esperando que a empresa concedesse aumento geral. Este saiu e dizia: passagem a mensais (nós só éramos de 29 dias) aumento de 3,9% sobre o ordenado e 30 dias de broas. Tudo isto totalizava 8%, que me rendia mais 6.40 por dia, o que não era nada. Fomos ter com a Comissão interna e dissemos-lhe o que pretendíamos: "um aumento de 25 escudos por dia e a passagem a mensais"; caso eles não dessem a malta protestava em massa. Então eles prometeram que a Direcção reunia á tarde. A tarde a Direcção mandou chamar a Comissão e disse-lhe para o pessoal não ir protestar porque eles reuniriam no outro dia de manhã e que era uma vergonha ir protestar. No dia seguinte á hora do almoço soubemos que eles não sa-

tisfaziam as nossas reivindicações. Então a malta, á hora do almoço (1 hora) resolveu paralizar o estaleiro. A greve rebentou. Juntamo-nos todos e fomos para a frente do edificio da Direcção. Eramos cerca de 1.500. Depois formou-se um piquete para ir fazer as rusgas aos barcos do estaleiro, pois nós sabíamos que alguém não nos acompanhava. Desta maneira, este piquete, formado por 300 homens foram em busca e conseguiram arrancar alguns deles. A partir daí só os chefes não nos apoiaram. Chegou-se ás 6 horas e nós passamos a palavra de ordem aos operários do turno da noite que iam pegar ao trabalho. Eles aguentaram toda a noite o mesmo sistema e escreveram cartazes com os seguintes dizeres: "A nossa causa — mais 25.00 e 30 dias"; Ao outro dia de manhã fomos substituí-los e o nosso piquete conseguiu trazer até nós os encarregados e chefes. Chegou-se ao meio-dia e os tipos tentaram intimidar o pessoal, enviando a PIDE e PSP que lá andavam dizendo que nós de tarde devíamos ir trabalhar pois faziam-se 24 horas de paralização. Mas nós tratamos logo de os desmascarar; fomos almoçar e nós fomos os primeiros a comer que era para dar o exemplo e juntamo-nos em frente do edificio, e como o mais difícil é ir o primeiro pois a seguir vão os outros, assim sucedeu e o medo passou. Os navios como não eram reparados queriam ir-se embora ou então o estaleiro tinha de os indenizar em 1.000 contos por dia. Resolveram partir. Mas os reboques da companhia não trabalhavam e os operários das manobras não queriam romper a greve por isso os tripulantes dos navios viram-se obrigados a cortar os cabos e a pedirem o auxílio de reboques particulares e assim se foram embora alguns. A Direcção ao ver isto reuniu outra vez e tornou a dizer que não dava, mais nada, e entregou o caso ao Ministro das Corporações. Chegou-se ás 6 horas e nós passamos de novo a palavra de ordem de continuação da greve ao turno da noite. As 3 da manhã a policia entrou no estaleiro armada de cães policia e fizeram a malta vir cá para fora do estaleiro, para em seguida assinarem um contrato que dizia: "declaro, abaixo-assinado, que faço horas extraordinárias, dou rendimento, aceito o aumento e aceito a partir de hoje que as horas extraordinárias passem a ser pagas de 125% a 50%". Só depois deste documento assinado poderiam entrar no estaleiro e voltar a trabalhar. Mas eles foram homens e não assinaram estas condições. Desta maneira mandaram vir a GNR a cavallo e a policia de choque armada de metralhadoras e de cães. De manhã resolveram fazer a malta não entrar e obrigar a fazer bicha para nós, os de dia, assinarmos o tal documento. Então os chefes e encarregados furaram a greve assinando o documento. Mas apesar deles terem assinado, os operários continuaram a não querer assinar. Então o patronato tomou outra medida que foi a de dividir o pessoal. Os de mais de 5 anos de casa assinavam ou seriam despedidos e os de menos de 5 anos que fossem para casa e voltar no dia seguinte para assinar. Mas nós

não arredamos pé, e, então o piquete da policia atirou com os cães e de metralhadoras apontadas obrigou a malta a dispersar. Então os velhos (os que têm mais de 5 anos de casa) ao verem-se desamparados, alguns assinaram e outros vieram embora sem assinar. Agora de tarde temos de nos organizar e ver o que se pode fazer, mas o mais certo é assinarmos e irmos para o local de trabalho dando a seguinte palavra de ordem: "Devagar é pára".

## Outros Movimentos

**SETUBALENSE** — No dia 12 de Novembro, os cobradores da empresa de autocarros "Setubalense" que faz a carreira entre Setubal e Cacilhas, não cobraram bilhetes durante tres horas, em manifestação de solidariedade aos operários da Lisnave.

**SIDERURGIA NACIONAL** — No dia 13 de Novembro os operários realizaram uma concentração junto da Administração, reclamando aumento de salários. Os representantes da empresa prometeram atender a reivindicação.

**PESCADORES DE ANGEIRAS** — O comandante do Porto de Leixões mandou afixar um edital no Café Maioral, convidando os pescadores da praia de Angeiras a

pagar 20 escudos para a "Fundação Salazar". Os proprietários de barcos também são atingidos, com taxas de 50 a 350 escudos. Embora o edital esclarecesse que será elaborada uma lista dos pescadores que se recusarem a contribuir, a quase totalidade negou-se a pagar os 20 escudos.

**OLIVA** — Em Outubro duas secções desta empresa fizeram greve de braços caídos. Os trabalhadores reivindicam aumento de salários. O dono da fábrica está em negociações com um grupo americano para a venda da firma. Consta que o montante da transação é da ordem de 1 bilião de escudos.

**TELEFONES (Porto)** — Em consequência do movimento realizado pelos trabalhadores da Companhia dos Telefones do Porto (ex-APT), a administração anunciou um aumento geral de salários, com efeito retroactivo a partir de Julho. Os aumentos são de 10, 15, 20, 23 e 30%, em proporção inversa ao montante dos salários. O subsídio de férias foi aumentado de 10 a 15% e o de Natal em 10%.

**CIMIANTO** — No dia 26 de Outubro, a quase totalidade dos operários fizeram greve aos serões. Os encarregados, furiosos, procuraram dividir os trabalhadores, utilizando um bufo. Este e outro operário não aderiram ao movimento. Foram, porem, esperados á saída e sovados até que os

seus gritos atraíram pessoas ás janelas.

**CIMA** — Na semana que terminou a 1 de Novembro, mais de 200 operários desta empresa abandonaram o trabalho para realizar uma concentração junto da gerencia a fim de reclamarem aumento. Alarmada, a direcção prometeu estudar a reivindicação.

**CONSTRUÇÕES TECNICAS (Alverca)** — Mais de 1000 operários deslocaram-se á sede desta empresa em fins de Outubro, a fim de exigir aumentos salariais.

**CIMENTO-TEJO** — No dia 31 de Outubro, delegações de várias secções tentaram avistar-se com o director Tavares de Matos para insistirem nas reivindicações salariais já formuladas. O individuo em questão recebeu o pessoal com uma pistola em cima da secretária. Os operários recusaram-se a aceitar o diálogo nessas condições e organizaram uma concentração geral em frente da administração. O Tavares já desaparecera e os trabalhadores foram recebidos por uma assistente social a quem entregaram uma exposição contendo as suas reivindicações e assinada por mais de 350 trabalhadores.

**GEFA (Alhos Vedros)** — As 500 operárias que estiveram uma semana em greve obtiveram um aumento de 9 escudos diários.

Nas empresas **ALDEMIRO & MIRA, BORE e BARREIRAS**, todas da Margem Sul, houve também greves vitoriosas.

## Portugal na Televisão Francesa

No dia 11 de Novembro p.p. a Televisão Francesa consagrou um programa de cerca de duas horas ao problema colonial português no intuito de levar ao conhecimento da opinião pública da França as posições respectivas do governo e da opposição democrática.

O primeiro filme, "O Ponto" expunha a posição das autoridades fascistas. Foram entrevistados Marcelo Caetano e o general Spínola, governador da Guiné. O primeiro repetiu os seus "slogans" mistificadores; o segundo, falando um francês quase ininteligível, limitou-se a despertar o riso dos telespectadores. Segundo se sabe, a equipa da televisão quando filmava assistiu a uma emboscada preparada pelo PAIG á unidade que a acompanhava. Resultado: vê-se um soldado morrer e outro ficar sem as pernas, enquanto um terceiro grita: "O Exército está perdido". É a paz caetanista!

O segundo filme, "O Contraponto", expõe a posição da Oposição Democrática. Toda a imprensa reconhece a superioridade dessa parte do programa, muito mais convincente do que a primeira. A fita começa com o poeta Manuel Alegre que pergunta: "Onde estão hoje os velhos senhores do mar? Na lama dos bidonvilles de Nanterre, Saint-Denis, Champigny, espalhados pelo mundo na procura do pão que o regime fascista é colonialista português lhes nega!"

São entrevistados vários desertores e vários trabalhadores portugueses emigrados, e todos unânimes respondem: "é a guerra dos ricos. É uma guerra contra

o povo português e os povos coloniais". Um ex-combatente de Angola disse: "fui enganado". E mostrou perante a câmara um album de fotografias em que se viam aldeias incendiadas, corpos mutilados e calcinados de velhos, mulheres e crianças negras. Um outro desertor descreve as torturas a que foi submetido pela PIDE: "6 dias de tortura do so-

no, espancamentos etc. Por muito que se diga no exterior sobre a policia politica portuguesa nunca se diz o suficiente sobre os seus crimes e torturas".

O programa alcançou enorme repercussão entre a opinião pública francesa e os jornais dedicaram-lhe extensas críticas favoráveis aos pontos de vista da Oposição.

## Portugueses da França Reagem à Farsa Eleitoral!

Democratas portugueses residentes em França e integrados na Frente Patriótica de Libertação Nacional dirigiram a Marcelo uma Carta Aberta em que manifestam a sua repulsa por uma farsa eleitoral que veio confirmar "o desejo da equipa governamental de prosseguir o salazarismo de uma nova estratégia".

Os signatários responsabilizam concretamente o governo fascista por:

"1) Manutenção da mesma repressão, do mesmo poder policial, das mesmas torturas, das mesmas

ameaças constantes de prisão a todos aqueles que manifestam o seu desacordo com a politica reaccionária do estado novo, da perseguição aos estudantes que defendem o direito de possuírem uma Universidade livre e progressiva no quadro das nações modernas;

2) Negação de se promoverem eleições LIVRES;

3) Manutenção da censura á imprensa, á rádio e á televisão e da repressão cultural;

4) Agravamento da guerra colonial com todas as consequências nefastas para a nossa economia, para o nosso povo, para as relações futuras com os povos que lutam pela independência, pela sua autodeterminação".

O documento foi assinado por mais de 60 democratas, entre os quais Luís Alberto Martins Gregório, Tomás Ferreira Rato, Esteves Gomes, Joaquim de Oliveira Bernardes, Inacio Francisco, Gabriel Pedro, Gregório Joaquim, Fernando Barros e Luís Gomes Ferreira.

### RÁDIO VOZ DA LIBERDADE UMA EMISSORA A SERVICO DO POVO PORTUGUÊS

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional ás quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros





# VII Encontro do Movimento da Oposição Democrática

Apesar de todas as tentativas de intimidação partidas das autoridades fascistas, as forças democráticas portuguesas não aceitaram as proibições impostas à sua actividade após a farsa eleitoral de Outubro. Vencendo incontáveis dificuldades, os democratas que tão excelente trabalho realizaram nas comissões do Movimento Democrático Eleitoral decidiram prosseguir na luta de forma organizada. O comunicado que abaixo publicamos, distribuído pela Delegação da CDS ao VII Encontro do Movimento da Oposição Democrática é elucidativo do mérito e da profundidade do esforço que vem sendo levado a efeito. O documento é do seguinte teor:

"No dia 23 de Novembro de 1969 reuniu-se a Oposição Democrática com as seguintes representações:

Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Faro, Funchal, Leiria, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre, Pôrto, Santarém, Setúbal e Viana do Castelo.

Estiveram ausentes: Guarda, Castelo Branco, Vila Real e Viseu.

## ORDEM DOS TRABALHOS

1. Processo de votação;
2. Estruturação do Movimento;
3. Documento ao Povo Português.

### 1. PROCESSO DE VOTAÇÃO

Após análise, por parte das várias delegações sobre o método de votação a usar na reunião, decidiu-se optar por atribuir a cada delegação o número de votos igual ao número de deputados do respectivo distrito. Para os distritos com duas delegações os votos foram repartidos segundo o critério de metade para cada.

Algumas delegações argumentaram nos erros contidos neste tipo de votação pelo facto de o número de deputados de cada distrito não traduzir a sua verdadeira importância política. Por isso, o processo foi utilizado nesta reunião a título provisório. Nas próximas reuniões, utilizar-se-á um processo de votação mais adequado, a estudar pelo Secretariado.

### 2. ESTRUTURAÇÃO DO MOVIMENTO

Intervieram na discussão deste ponto a maioria das delegações presentes. Após longo debate sobre os mais eficazes processos de estrutura e de acção, elaboraram-se os seguintes princípios orgânicos, definidores do MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA — M.O.D. —; que depois de discutidos foram aprovados por todas as delegações à excepção das do Funchal e da CEUD de Lisboa que se abstiveram.

Nota: a CEUD de Lisboa informou que a sigla CEUD fora utilizada somente durante o período eleitoral. Deixou de existir após as eleições, não permitindo os seus membros a futura utilização destas iniciais; porém não apresentaram qualquer outra designação que os identificasse como constituídos em comissão.

### ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA — M.O.D. —

I — Tendo por finalidade básica trabalhar pela politização e

pelos intervenções políticas concretas do Povo Português as delegações presentes ao VII Encontro Nacional organizam-se no Movimento de Oposição Democrática.

II — O MOD declara-se permanentemente aberto à adesão de todas as correntes e organismos democráticos.

III — O MOD tende a generalizar uma estruturação sobre os grupos de base quer a nível de freguesia e concelhos quer correspondentes a grupos profissionais e a outros grupos de características ou finalidades específicas.

IV — O MOD adoptará estruturas de coordenação que assegurem a autonomia dos grupos de base sem prejuízo de os apoiar e estimular.

V — A orientação e direcção do movimento incumbe aos Encontros Nacionais a realizar normalmente, pelo menos, de 2 em 2 meses.

VI — Nestes encontros participam até 4 delegados de cada Comissão Distrital; até 6 delegados nacionais pelos Grupos Profissionais; 4 delegados do Movimento da Juventude; 4 delegados do Movimento de Mulheres; assegurando-se ainda, a participação dos demais grupos e movimentos e também a presença do secretariado.

VII — Quando se reconhecer conveniente, poderá aumentar-se o número de delegados de cada representação aos Encontros Nacionais.

VIII — Funcionará um secretariado permanente, normalmente radicado em Lisboa, composto por elementos efectivos e suplentes e obedecendo ao seguinte critério:

3 de Lisboa, 2 de Setúbal, 1 das Ilhas, 1 da zona Norte, 1 da Zona Centro e 1 da Zona Sul.

Nota: os Distritos de Lisboa e Setúbal, têm representação fixa no secretariado. A representação das ilhas e das zonas é feita por Distritos sendo estes rotativos.

Composição das Assembléias Regionais.

ILHAS — Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Zona Norte — Aveiro, Braga, Bragança, Porto, V. do Castelo e V. Real. Zona Centro — C. Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu. Zona Sul — Beja, Évora, Faro, Portalegre.

IX — O secretariado tem apenas funções coordenadoras e executivas designadamente:

- a) Execução das deliberações dos Encontros Nacionais.
- b) Convocação e preparação desses Encontros.
- c) Criação de meios técnicos e criação de documentos.
- d) Serviços de secretaria e de tesouraria.
- e) Recolha de informações políticas e seu envio às comissões distritais.
- f) No exercício das suas funções deve o secretariado colabo-

rar com os secretariados Nacionais dos Grupos Profissionais, Movimentos da Juventude, de Mulheres e dos demais Grupos e Movimentos específicos, em especial na preparação dos Encontros Nacionais.

### 3. DOCUMENTO AO POVO PORTUGUÊS

Foi entregue a cada uma das delegações um exemplar do referido documento para apreciação crítica das comissões distritais. As sugestões e críticas feitas ao documento serão comunicadas ao Secretariado até ao próximo dia 3 de Dezembro de 1969.

Nota: No final da reunião foi enviado um comunicado à Imprensa Nacional e estrangeira."

A Delegação da CDS ao VII Encontro Nacional

## ECOS DA CAMPANHA "ELEITORAL"

\* A Comissão Distrital do Pôrto da CDE realizou uma reunião em 6 de Novembro a que compareceram representantes das Comissões Concelhias de Matosinhos, Valongo, Gondomar, Maia, Gaia, Felgueiras, Paços de Ferreira, Santo Tirso, Povoia e Pôrto. Foram debatidos problemas relacionados com a continuidade e a organização do Movimento.

\* O jornal Politiken, de Copenhague, Dinamarca, publicou uma extensa reportagem sobre a farsa eleitoral portuguesa denunciando as condições em que ela se realizou. A imprensa da Alemanha Ocidental também dedicou uma atenção inusitada às "eleições" caetanistas. O "Politiken" relatou um pormenor anedótico revelador das condições em que a oposição se bateu. Numa sessão em Vila Franca de Xira o microfone estava instalado numa cana espetada num vaso de terra. Conforme a sua estatura, os oradores puxavam ou enterravam a cana.

Outro detalhe interessante: na mesma sessão um prador, para estabelecer o contraste entre o apolo das massas e o eleitorado fez um pedido à assistência: "Quem está recenseado que levante um braço. Havia 2.000 pessoas na sala; mas apenas 40 ergueram o braço! A mesma hora a União Nacional promovia uma sessão de apoio ao fascismo a que compareceram apenas 200 pessoas. Mas eram quase todos eleitores...

\* Nas vésperas do dia 26 de Outubro as manobras intimidatórias do governo — que atingiram a sua expressão mais alta com o discurso de Caetano — deixaram Lisboa e foram para a Província até que "tudo passasse". A pequena burguesia reagiu desse modo ao terror político da propaganda oficial.

\* Durante a última sessão eleitoral de Alhandra, a PIDE quis impedir que o comício se iniciasse, com a alegação que não cabiam na sala as 4.000 pessoas que nela pretendiam entrar. O povo, porém, arrombou as portas e levou de roldão os porteiros que exigiam os convites e... também os agentes da PIDE presentes.

\* Segundo notícias recebidas em fins de Dezembro, continuavam abertas e em funcionamento as sedes da CDE na Penha de França, em Loures e Vila Franca.

\* Em Vila Franca de Xira realizou-se em 9 de Novembro um al-



f  
r  
e  
l  
i  
m  
o



A FRELIMO sabe que o tempo joga contra o colonialismo e a favor dos patriotas moçambicanos. A imagem que acima publicamos — reproduzida de um cartão de saudações pelo Novo Ano de 1970 enviado pela FRELIMO aos seus amigos em todo o mundo — traduz a sua confiança na juventude que construirá o futuro: o Moçambique independente.

## Novos Ministros e nova U.N.

No dia 14 de Janeiro, Marcelo Caetano anunciou em discurso transmitido pela Rádio e pela Televisão a reforma ministerial que a própria propaganda fascista vinha insinuando estar iminente.

Não tendo ainda recebido informações dos nossos correspondentes, limitamo-nos a publicar a lista do novo Ministério, chamando, no entanto, a atenção dos leitores para o facto significativo de que a presença de numerosos ministros ultras vem desmentir a desgastada tese que pretende apresentar Caetano como um liberal desejoso de fazer reformas. São fascistas convictos os ministros do Ultramar, Silva Cunha; do Bem-Estar Social (grotesca denominação num regime como o de Lisboa), Baltazar Rebelo de Sousa; do Interior, Rapazote; da Defesa, Sá Viana Rebelo.

Eis a lista completa, tal como a deu a Agência France-Presse:

Primeiro-ministro: Marcelo Caetano; Defesa: general Horácio José de Sá Viana Rebelo; Interior: António Manuel Gonçalves Rapazote; Justiça: Mário Júlio Brite de Almeida Costa; Finanças: João Augusto Dias Rosas; Marinha: almirante Manuel Pereira Crespo; Relações Exteriores: Rui Patrício, que desempenhava as funções de subsecretário desse Ministério, até agora dirigido pelo primeiro-ministro; Obras Públicas: Rui Alves da Silva Sanches; Ultramar: Joaquim Moreira da Silva Cunha; Educação: José Veiga Simão, que substitui José Hermano Saraiva; Corporação Bem-Estar Social e Saúde: Baltazar Rebelo de Sousa, ex-governador de Moçambique".

A Agência France Presse, em telegrama da mesma data informa igualmente que Caetano se prepara para dissolver a União Nacional. Tudo indica, que na sua actual ofensiva demagógica-liberalizante, o sucessor de Salazar vai repetir com a UN o que fez com a PIDE: mudar-lhe o nome. Passará a chamar-se "Acção Popular Nacional" e nela caberá o que a agência chama as "três correntes" do partido único.

Compre o n.º 10 da Revista «Paz e Terra» e envia-o para Portugal

## J. BARRADAS DE CARVALHO

A convite do Centro Nacional de la Recherche Scientifique da França, onde vai realizar importantes pesquisas históricas, partiu para Paris, no início de Fevereiro, o nosso companheiro de redacção Joaquim Barradas de Carvalho que durante vários anos foi responsável pela cadeira de História Ibérica na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo.

Todos quantos trabalham em "Portugal Democrático", embora orgulhosos pela honra com que foi distinguido Barradas de Carvalho não podem deixar de lamentar a perda do convívio cotidiano com o companheiro de redacção que tantos serviços prestou ao combate travado no Brasil contra o salazarismo e o caetanismo e que tão alto soube erguer na Universidade de São Paulo o prestígio da cultura e da historiografia portuguesas.

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS